

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

Aos 26 dias do mês de março de 2014, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2 Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

Projeto de lei n.º 520/XII/3.^a (PS) - "Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa";
Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)

Projeto de Lei n.º 528/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - "Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.);"
Relator - Deputado António Gameiro (PS)
- 3 Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a proposta de Lei n.º 211/XII/3.^a (GOV) - "Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM)";**
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
- 4 Fixação de redações finais de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:**
"Vigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 12 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância 5 (2-aminopropil)indolea tabela anexa II-A e a substância 4 metilanfetamina à tabela anexa II-B" [PPL n.º 199/XII/3.^a (GOV) e PJP n.º 501/XII/3.^a (PSD/CDS-PP)];

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

- 5 **Apresentação do relatório da participação da Deputada Isabel Alves Moreira (PS) e do Deputado Nuno Sá Costa (PSD), em representação da Comissão, na reunião interparlamentar de Comissões sobre o tema "As futuras prioridades na área das liberdades cívicas, justiça e assuntos internos", que decorreu em Bruxelas no dia 19 de março de 2014;**
- 6 **Apreciação e votação do pedido de audiência da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o novo mapa judiciário;**
- 7 **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP para audição dos "Diretores de Informação das estações televisivas da RTP, SIC e TVI", no âmbito da apreciação da iniciativa legislativa que visa a revisão da legislação eleitoral;**
- 8 **Apresentação e apreciação do plano de atividades apresentado pelo Grupo de Trabalho - Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção;**
- 9 **Admissão e distribuição de Petições;**
- 10 **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 11 **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Projeto de lei n.º 530/XII/3. ^a (PSD e CDS-PP)	Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais	Deputado José Magalhães (PS)

No segundo ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 520/XII/3.^a](#) - Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD). Produziram intervenções as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE), que louvaram

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

o parecer elaborado e destacaram matérias conexas a tratar em sede de especialidade, designadamente: o regime de proteção e acompanhamento de menores, o alargamento das competências da Comissão Fiscalizadora dos Centros Educativos ou, ainda, uma adequada monitorização da aplicação deste sistema. No final, o parecer foi submetido a votação e aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Foi também apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 528/XII/3.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) - Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que declarou que o PCP se iria abster, uma vez que a matéria em causa lhe suscitava sérias reservas, inclusivamente do ponto de vista constitucional, o parecer foi aprovado (partes I e III), com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP e do BE.

No ponto seguinte, foi apreciado o parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a [proposta de lei n.º 211/XII/3.^a \(GOV\)](#) - Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). No debate, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Cecília Honório (BE), Teresa Anjinho (CDS-PP) e Hugo Velosa (PSD), tendo todos eles realçado o cuidado, a seriedade e a honestidade do parecer elaborado. No entanto, a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) e o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) declararam discordar genericamente do parecer, alegando que a sua redação era opinativa e não meramente informativa e que, em vez de se ter limitado a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

levantar questões de constitucionalidade, afirmava perentoriamente a violação de princípios constitucionais por parte da iniciativa em questão. No final, submetido a votação, o parecer foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Em consequência da votação anterior, foi deliberado elaborar novo parecer, a apreciar na reunião seguinte, tendo sido designada como relatora a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD).

No quarto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que procede à «Vigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 12 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância 5 (2-aminopropil)indole à tabela anexa II-A e a substância 4 metilanfetamina à tabela anexa II-B" [[PPL n.º 199/XII/3.^a \(GOV\)](#) e [PJL n.º 501/XII/3.^a \(PSD/CDS-PP\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 37/DAPLEN/2014, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No ponto seguinte, foi feita a apresentação, pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), do relatório da participação da relatora e do Deputado Nuno Sá Costa (PSD), em representação da Comissão, na reunião interparlamentar de Comissões sobre o tema «As futuras prioridades na área das liberdades cívicas, justiça e assuntos internos», que decorreu em Bruxelas no dia 19 de março de 2014.

Em seguida, procedeu-se à apreciação do pedido de audiência solicitado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) sobre o novo mapa judiciário, tendo usado da palavra o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que afirmou que a Comissão tinha o dever de aceder a essa solicitação da ANMP, afirmação que mereceu a concordância da Senhora Deputada Cecília Honório (BE). O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) acrescentou que a ANMP lhe merece o maior respeito e atenção, mas que, naquele momento, não se justificaria a audiência, uma vez que estaria em causa um diploma não promulgado nem publicado, tendo a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) proferido uma intervenção no mesmo sentido. O Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) sugeriu, então, que se deixasse à Comissão a definição do critério de oportunidade da audiência solicitada e que mesma tivesse lugar logo após a publicação do Decreto-Lei que regulamenta a Lei da Organização do Sistema Judiciário. Nesse sentido, foi deliberado enviar um ofício à ANMP, informando que será agendada a audiência solicitada logo após a publicação do referido diploma.

Seguiu-se a apreciação do plano de atividades do Grupo de Trabalho – Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD).

Relativamente ao requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para a audição dos "Diretores de Informação das estações televisivas da RTP, da SIC e da TVI", no âmbito da apreciação da iniciativa legislativa que visa a revisão da legislação eleitoral, intervieram, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados José Magalhães (PS) e Hugo Velosa (PSD), que se pronunciaram no sentido de o mesmo ter perdido sentido, uma vez que as audições propostas realizar-se-ão no âmbito da discussão do projeto de lei n.º 530/XII/3.^a (PSD e CDS-PP), que entretanto baixou à Comissão, sem votação, para reapreciação.

No nono ponto da ordem do dia, a Comissão deliberou indeferir liminarmente as seguintes petições:

Nº	Data	Título
370/XII/3	2014-03-21	Solicitam a concessão de um perdão/ amnistia.
365/XII/3	2014-03-12	Solicita a libertação de um irmão para poder prosseguir os estudos.
364/XII/3	2014-03-11	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
363/XII/3	2014-03-11	Solicita a concessão de amnistia para o seu

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

		familiar
362/XII/3	2014-03-11	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
361/XII/3	2014-03-11	Solicita a libertação do marido, condenado a uma pena que considera exagerada.
360/XII/3	2014-03-11	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
359/XII/3	2014-03-11	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
358/XII/3	2014-03-11	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
357/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
356/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
355/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
354/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
353/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
352/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
351/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
350/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar
349/XII/3	2014-03-10	Solicita a concessão de amnistia para o seu familiar

No ponto reservado a outros assuntos, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) propôs a constituição de um grupo de trabalho para promover um debate alargado

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

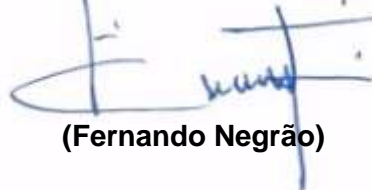
ATA NÚMERO 42/XII/3.^a SL

sobre a Convenção de Istambul e as implicações/alterações legislativas dela decorrentes, através da audição e auscultação de diversas entidades, proposta que foi aceite por todos os presentes. Os Grupos Parlamentares do BE, do CDS-PP e do PCP indicaram as Senhoras Deputadas Cecília Honório e Teresa Anjinho e o Senhor Deputado António Filipe, respetivamente, tendo os Grupos Parlamentares do PS e do PSD ficado de indicar mais tarde os Deputados que integrariam o referido grupo de trabalho.

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 02.04.2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 42/XII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim
Nuno Sá Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Neto Brandão
Isabel Oneto